



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

UG: 013L0200001
EXERCÍCIO DE 2023

RELATÓRIO DE GESTÃO

(INSTRUÇÃO NORMATIVA TCEES Nº 068/2020, ANEXO III, "RELGES")

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A Câmara Municipal de Boa Esperança – ES foi instituída pela Lei Estadual nº 1912/1963, que criou o Município de Boa Esperança-ES, entrou em vigor em 1º de janeiro de 1964 e foi publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 4 de janeiro de 1964.

O Poder Legislativo do Município de Boa Esperança-ES é exercido por esta Câmara Municipal, sediada na Avenida Senador Eurico Rezende, nº 780, no Centro de Boa Esperança-ES, composta por 9 Vereadores e quadro próprio de servidores para cumprir suas finalidades, inclusive de apoio técnico e administrativo.

A Câmara Municipal tem funções legislativas, de fiscalização financeira e de controle externo do Executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

As funções legislativas da Câmara Municipal consistem na elaboração de emendas à Lei Orgânica Municipal, elaboração de leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos e de resoluções, sobre quaisquer matérias de competência do Município.

As funções de fiscalização financeira consistem no exercício do controle da Administração local, principalmente quanto à execução orçamentária e ao julgamento das contas apresentadas pelo Prefeito, integradas estas àquelas da própria Câmara, sempre mediante o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

As funções de controle externo da Câmara Municipal implicam a vigilância dos negócios do Executivo em geral, sob os prismas da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e da ética político-administrativa, com a tomada das medidas sanatórias que se fizerem necessárias.

As funções julgadoras ocorrem nas hipóteses em que é necessário julgar os Vereadores, quando tais agentes políticos cometem infrações político-administrativas previstas em lei.

A gestão dos assuntos de economia interna da Câmara Municipal realiza-se através da disciplina regimental de suas atividades e da estruturação de seus serviços auxiliares.

As funções, atribuições e competências do Poder Legislativo do Município estão explicitadas na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno da Câmara Municipal.

2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 INSTRUMENTOS DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO MUNICIPAL

O Plano Plurianual (PPA) – Lei Municipal nº 1.748/2021 – foi elaborado em cumprimento ao § 1º do artigo 165 da Constituição Federal, para vigor no quadriênio 2022-2025. O referido PPA estabeleceu as diretrizes, objetivos e metas deste Município para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada da Administração Pública Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – Lei Municipal nº 1.773/2022 – foi elaborada em cumprimento ao § 2º do artigo 165 da Constituição Federal, compreendendo as metas e prioridades deste Município para o ano subsequente. A LDO orientou a elaboração do orçamento municipal de 2023, definiu os programas prioritários de governo e estabeleceu as diretrizes da execução orçamentária anual de 2023.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício financeiro de 2023 – Lei Municipal nº 1.782/2022 – foi elaborada em cumprimento ao § 5º do artigo 165 da Constituição Federal, estimou a receita em R\$ 84.195.766,77, fixou a despesa nessa mesma importância, e autorizou a abertura de créditos adicionais suplementares, limitados a 35% (trinta e cinco por cento) do total da despesa fixada, conforme artigo 4º da referida lei, o que equivale ao montante de R\$ 29.468.518,36.

Posteriormente, em 20 de dezembro de 2023, o citado artigo 4º da Lei Municipal nº 1.782/2022 (LOA 2023) foi alterado pela Lei Municipal nº 1.815/2023, que majorou a alíquota para 43% (quarenta e três por cento) do total da despesa fixada para cada órgão municipal, o que equivale a R\$ 36.204.179,71.

2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PODER LEGISLATIVO

A Lei Municipal nº 1.782/2022 fixou o total da despesa do exercício financeiro de 2023 da Câmara Municipal em R\$ 3.180.000,00. No ano de 2023 não houve abertura de crédito adicional suplementar.

As transferências financeiras mensais recebidas do Poder Executivo no período de janeiro a dezembro de 2023 somaram R\$ 3.180.000,00, o que representa a execução total da previsão do Orçamento Municipal.

As despesas orçamentárias executadas (empenhadas) por esta Câmara Municipal no mesmo período somaram R\$ 1.609.398,15, o que representa aproximadamente 50,61% do total da despesa fixada pela Lei Orçamentária Anual para este Poder Legislativo e também 50,61% do montante das transferências financeiras mensais efetivamente recebidas do Poder Executivo Municipal no ano de 2023.

Isso significa que em 2023 foi feita uma economia de R\$ 1.570.601,85, o que representa aproximadamente 49,39% do montante anual dos recursos repassados pela Prefeitura Municipal no mesmo período anual.

Das despesas empenhadas em 2023, no total de R\$ 1.609.398,15, ressalte-se que no mesmo período anual foram liquidadas R\$ 1.593.600,55 e pagas R\$ 1.578.084,14, ficando para o exercício subsequente, 2024, um saldo empenhado a liquidar de R\$ 15.797,60 e um saldo liquidado a pagar de R\$ 15.516,41.

Houve inscrição de despesas em restos a pagar em 2023, processados e não processados, no total de R\$ 31.314,01. Durante o mesmo ano não houve cancelamento de restos a pagar, tendo sido executados, liquidados e pagos, todos os restos a pagar inscritos no ano anterior, 2022, no montante de R\$ 8.101,73.

Das transferências financeiras recebidas do Poder Executivo em 2023, que somaram R\$ 3.180.000,00, o montante de R\$ 1.609.398,15 foi comprometido para fazer face à execução de despesas orçamentárias, tendo ocorrido o efetivo pagamento de R\$ 1.578.084,14 dentro do mesmo ano de 2023, além de reservados R\$ 31.314,01 para custear, em 2024, as despesas inscritas em 2023 como Restos a Pagar.

O *Superávit* Financeiro apurado no encerramento do exercício financeiro de 2023 foi de R\$ 770.601,85.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

2.3 DEVOLUÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Durante o exercício financeiro de 2023 esta Câmara Municipal devolveu ao Poder Executivo deste Município o montante de R\$ 2.161.416,39, sendo, R\$ 1.361.416,39 pertinentes às economias realizadas no ano anterior (2022) e R\$ 800.000,00 decorrentes das economias realizadas no próprio ano de 2023.

2.4 ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

No ano de 2023 este Poder Legislativo entregou à Prefeitura Municipal, para a regular contabilização e utilização pela Municipalidade, o total de R\$ 89.906,63, correspondente ao montante dos rendimentos das aplicações financeiras feitas por esta Câmara Municipal durante o mesmo período anual.

2.5 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS – EXERCÍCIO DE 2024

No exercício financeiro de 2024, o montante da despesa constante no Orçamento Municipal para esta Câmara Municipal é de R\$ 3.390.000,00. Para fazer face às despesas previstas, o Poder Executivo deverá repassar a este Poder Legislativo os valores financeiros necessários à execução orçamentária.

3. GESTÃO FISCAL

A Câmara Municipal elabora e publica semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, em cumprimento à Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

No segundo semestre de cada ano, são elaborados e publicados o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, além do Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, previstos nos artigos 48 e 55 da LRF, enquanto no primeiro semestre é elaborado e publicado apenas o Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

Além da publicação no mural/quadro de avisos deste Poder Legislativo, em jornal de grande circulação municipal ou no Diário Oficial deste Estado, a Câmara Municipal efetua essas publicações na internet, no endereço http://www.boaesperanca.es.leg.br/transparencia/documento?documento_tipo=21.

Todos os relatórios de gestão fiscal elaborados e publicados por este Poder Legislativo no período 2001 a 2023 estão disponíveis no referido endereço eletrônico do site oficial desta Câmara Municipal.

Por meio de sistemas informatizados as informações relativas aos relatórios de gestão fiscal desta Câmara Municipal são enviadas ao Tribunal de Contas deste Estado e à Secretaria do Tesouro Nacional.

3.1 OBEDIÊNCIA AOS LIMITES DA LRF

A LRF estabeleceu o limite das despesas com pessoal deste Poder Legislativo: 6% da Receita Corrente Líquida (RCL) apurada pelo Município no período.

De acordo com a Prefeitura Municipal, a RCL apurada no Município no período de janeiro a dezembro de 2023 foi de R\$ 76.563.784,64.

No exercício financeiro de 2023 as despesas com pessoal desta Câmara Municipal somaram R\$ 1.416.680,42, o que equivale a apenas 1,85% da RCL, demonstrando que o Poder Legislativo deste Município cumpriu o limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

4. GESTÃO OPERACIONAL

A Câmara Municipal, composta por 9 (nove) Vereadores e com quadro próprio de servidores para cumprir suas finalidades, inclusive de apoio técnico e administrativo, sendo 14 (quatorze) servidores no total, 08 (oito) efetivos e 06 (seis) comissionados, cumpriu, no exercício financeiro de 2023 (em análise), suas funções legislativas, de fiscalização financeira, de controle externo e de julgamento político-administrativo do Poder Executivo deste Município, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos administrativos e financeiros de sua economia interna.

5. GESTÃO PATRIMONIAL

No encerramento do ano de 2023 foi realizado o inventário anual patrimonial deste Poder Legislativo.

5.1 ESTOQUES DE BENS EM ALMOXARIFADO

No início de 2023 os bens desta Câmara Municipal estocados em Almojarifado somavam R\$ 17.116,65. Total esse relativo a materiais de consumo, pois não haviam materiais permanentes no Almojarifado.

Quanto à movimentação dos bens em Almojarifado durante o ano de 2023, destaque-se que os valores das entradas somaram R\$ 20.153,35, sendo R\$ 14.913,35 de materiais de consumo e R\$ 5.240,00 relativos a materiais permanentes. As saídas/baixas (para utilização própria) totalizaram R\$ 19.160,76, sendo R\$ 13.920,76 de materiais de consumo e R\$ 5.240,00 relativos a materiais permanentes.

No encerramento de 2023, foi apurada no Balanço Patrimonial a importância de R\$ 18.109,24, relativa aos materiais de consumo estocados no Almojarifado, não havendo saldo de materiais permanentes.

Ressalte-se que esses bens estocados em Almojarifado, sendo materiais de consumo, têm seus valores automaticamente avaliados pelo respectivo sistema de informática, que adota o preço médio ponderado das compras, em obediência ao artigo 106 da Lei Federal nº 4.320/64.

5.2 BENS MÓVEIS

No início do exercício financeiro de 2023 o saldo contábil (bruto) dos bens móveis desta Câmara Municipal era de R\$ 351.846,84, enquanto o saldo atualizado (físico), após deduzidas as depreciações acumuladas, era de R\$ 265.192,28.

No decorrer do ano de 2023 houve aquisição/incorporação (entrada) de bens móveis no total de R\$ 5.240,00 e não houve nenhuma baixa (saída). Já o montante das entradas das depreciações registradas/contabilizadas dos bens móveis em geral foi de R\$ 23.917,43.

No encerramento do exercício financeiro de 2023 apurou-se que o montante contábil (bruto) passou de R\$ 351.846,84 para R\$ 357.086,84, enquanto o saldo total atualizado (físico) dos bens móveis passou de R\$ 265.192,28 para R\$ 246.514,85.

5.3 BENS IMÓVEIS

No início de 2023 o montante contábil (bruto) dos bens imóveis era de R\$ 540.000,00, valor este que não se alterou até o encerramento do mesmo exercício financeiro. Alteração houve foi no montante patrimonial líquido (físico) dos bens imóveis, que no início de 2023 era de R\$ 498.897,66 e no final do ano foi de R\$ 494.988,47. Esse decréscimo, no montante de R\$ 3.909,19, se deu apenas em razão da depreciação registrada nesses bens durante o período.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

5.4 BENS INTANGÍVEIS

Conforme consta do Termo de Inventário Anual de Bens Intangíveis, elaborado e assinado pela Comissão responsável pelo Inventário Anual dos Bens Intangíveis, não foi identificado nenhum bem intangível nesta Câmara Municipal.

5.5 ATIVOS E PASSIVOS

O ATIVO é composto por: ATIVO CIRCULANTE no valor de R\$ 827.835,05, no Exercício Atual, 2023, sendo que no Exercício Anterior era R\$ 1.386.634,77; ATIVO NÃO CIRCULANTE no valor de R\$ 741.503,32, no encerramento de 2023, sendo que no Exercício Anterior era R\$ 764.089,94. O TOTAL DO ATIVO atual é de R\$ 1.569.338,37, enquanto o anterior era de R\$ 2.150.724,71.

O PASSIVO é composto pelo PASSIVO CIRCULANTE atual de R\$ 131.862,21, sendo que o anterior era de R\$ 65.511,79. Como não houve PASSIVO NÃO-CIRCULANTE apurado no encerramento dos exercícios de 2022 e de 2023, o TOTAL DO PASSIVO é de R\$ 131.862,21, sendo que o anterior era de R\$ 65.511,79. O PATRIMÔNIO LÍQUIDO apurado no encerramento do ano de 2023 foi de R\$ 1.437.476,16, enquanto o anterior era de R\$ 2.085.212,92. Sendo assim, o TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO é de R\$ 1.569.338,37, enquanto o valor anterior era de R\$ 2.150.724,71.

5.6 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/1964

O ATIVO FINANCEIRO atual é de R\$ 809.725,81, pertinente ao saldo das disponibilidades financeiras apuradas no encerramento do ano de 2023 (Exercício Atual). O saldo apurado no Exercício Anterior, 2022, foi de R\$ 1.369.518,12. O ATIVO PERMANENTE apurado no Exercício Atual, 2023, foi de R\$ 759.612,56, sendo que no Exercício Anterior o montante apurado foi R\$ 781.206,59. O TOTAL DO ATIVO é de R\$ 1.569.338,37 no encerramento de 2023, sendo que ao findar 2022 era de R\$ 2.150.724,71.

O PASSIVO FINANCEIRO do Exercício Atual, 2023, é de R\$ 39.123,96. No encerramento do Exercício Anterior, 2022, o saldo era R\$ 8.101,73. O PASSIVO PERMANENTE no final do exercício financeiro de 2023, Exercício Atual, era de R\$ 108.535,85. No encerramento de 2022 era de R\$ 65.511,79. O TOTAL DO PASSIVO, no final deste Exercício Atual era de R\$ 147.659,81. Ao findar 2022, era de R\$ 73.613,52.

O SALDO PATRIMONIAL atual é de R\$ 1.421.678,56, enquanto no final de 2022 era R\$ 2.077.111,19.

5.7 CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/1964

No encerramento dos exercícios financeiros de 2022 e de 2023 apurou-se que não existia saldo de Atos Potenciais Ativos. Quanto ao saldo dos Atos Potenciais Passivos, neste Exercício Atual, 2023, foi apurado o montante de R\$ 84.680,36, relativo às Obrigações Contratuais com empresas de prestação de serviços e de fornecimento de bens materiais. No Exercício Anterior (2022) o saldo era de R\$ 135.627,09.

5.8 SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

No encerramento do exercício financeiro de 2023 foi apurado o *superávit* financeiro de R\$ 770.601,85. No ano anterior (2022), o *superávit* apurado no encerramento do exercício foi de R\$ 1.361.416,39.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

6. CENÁRIO FUTURO

No Plano Plurianual (PPA) 2022-2025 restou definido para esta Câmara Municipal o programa ATUAÇÃO LEGISLATIVA, objetivando REPRESENTAR A SOCIEDADE ESPERANCENSE, LEGISLAR, APURAR FATOS DETERMINADOS, EXERCER A FISCALIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E DESEMPENHAR AS DEMAIS PRERROGATIVAS E COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS DESTES PODER LEGISLATIVO E DOS SEUS MEMBROS.

Também foram definidas as seguintes Ações futuras (c/ respectivos objetivos):

1. MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E LEGISLATIVAS

Prover meios administrativos e legislativos necessários para o adequado funcionamento do Poder Legislativo Municipal.

2. REMUNERAÇÃO DE PESSOAL CIVIL, REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS E CARREIRAS, REVISÃO/REAJUSTE SALARIAL E CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS E VANTAGENS

Garantir os subsídios/vencimentos, reestruturação dos cargos e carreiras, a concessão de benefícios, vantagens e reajuste/revisão salarial dos servidores da Câmara Municipal.

3. QUITAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Efetuar a quitação das obrigações patronais e previdenciárias incidentes sobre a remuneração dos servidores do Poder Legislativo e sobre os subsídios dos Vereadores deste Município.

4. REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Realizar processo seletivo para provimento de cargos públicos no quadro de pessoal da Câmara Municipal.

5. AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS

Aparelhar a Câmara Municipal com móveis e equipamentos adequados ao seu regular funcionamento.

6. AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE IMÓVEL

Garantir imóvel e infraestrutura adequados ao funcionamento do Poder Legislativo.

7. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO

Garantir veículo para atender as demandas de transporte de pessoal, no cumprimento das ações administrativas e legislativas desta Câmara Municipal.

Boa Esperança-ES, 26 de março de 2024.

CARLOS VENANCIO
Presidente